

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

YASMIM SILVA DE ASSIS

**IMPACTOS DO RACISMO EM TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS:
Uma Análise Reflexiva sobre o Sofrimento Psíquico de Mulheres Negras
Estudantes de Psicologia**

Teresina - PI

2025

YASMIM SILVA DE ASSIS

**IMPACTOS DO RACISMO EM TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS:
Uma Análise Reflexiva sobre o Sofrimento Psíquico de Mulheres Negras
Estudantes de Psicologia**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Piauí como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Iraneide Soares da Silva

Aprovado em: 22 de novembro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Iraneide Soares da Silva (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Natasha Karenina de Sousa Rego

Prof.^a Dr.^a Ana Gabriela Nunes Fernandes

À minha avó, que não só aprendeu a ler e escrever, apesar das proibições, mas fez questão de compartilhar esse saber. À minha mãe, por me tornar quem sou por meio do amor e da ação. À ancestralidade.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro dia como estudante do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí foi marcante. Em uma dinâmica envolvendo todos/as os/as calouros/as dos quatro cursos que residem no Centro de Ciências da Saúde da UESPI, me vi em um auditório com cerca de 80 outros estudantes. Tendo vindo de escola pública, me chocou a brancura do espaço e a dificuldade em me identificar entre tantas pessoas que, assim como eu, iniciavam ali sua graduação.

Esse choque inicial e as dificuldades e vivências enfrentadas no decorrer do curso, não só por mim, mas pelas outras mulheres negras que, assim como eu, eram poucas em suas turmas, fez nascer a necessidade de disputar esse espaço ainda inóspito para pessoas negras, o da psicologia e das ciências da saúde no geral.

Este trabalho não é, de maneira nenhuma, fruto apenas de empenho individual, mas de uma trajetória coletiva e geracional. Eu o dedico a todas as mulheres que, em maior ou menor grau, contribuíram para que ele fosse gerado. A escrita desta monografia não foi, nem de longe, um percurso fácil, foi cheio de dor, insegurança e autocobrança ao parir algo tão íntimo e, ao mesmo tempo, tão coletivo.

Gostaria de escrever pelo menos 10 páginas citando nominalmente e agradecendo a todas as pessoas que me afetaram de alguma forma durante esse ciclo da graduação, e que contribuíram para o nascimento desta monografia. Mas, não sendo possível, os agradecimentos serão breves, mas sinceros e cheios de afeto.

Não poderia deixar de iniciar agradecendo às minhas raízes, minha mãe Maria Noêmia da Silva e minha avó, Josefa Pereira da Silva. A vocês devo o sonho, que sonhamos juntas, e que tem se tornado realidade — o da educação. Onde quer que essa busca constante me leve, levarei também em meu ser um tanto de cada uma de vocês e de seus ensinamentos.

Aos meus irmãos, por serem lugar de amor e cuidado sempre que preciso. Meu irmão Lizandro que sempre me faz enxergar a vida como poesia e ao caçula Emanuel por ter a coragem e resiliência que almejo um dia adquirir. Amo vocês.

Ao meu padrasto Manoel do Nascimento por sempre acreditar em mim. Ao meu padrinho João Pereira por todo o apoio. E ao meu pai, Onofre Bento, pela relação que construímos.

Agradeço ao meu amor, Ana Porfiro, por todo o afeto, companheirismo e carinho durante toda essa jornada e por compartilhar comigo a vida, o amor pela arte e todas as nossas vitórias.

À minha orientadora, Iraneide Soares da Silva, por ter sido minha referência de atuação na academia, de ativismo e de vida durante boa parte do percurso da minha graduação, me permitindo imaginar futuros melhores onde mulheres negras possam exercer toda a sua potência.

A todas as outras mulheres negras que de alguma forma me inspiraram nessa jornada e por quem tenho profunda admiração, sendo algumas delas: Maria Divina, Maria do Desterro, Neta Assis, Marielle Franco, Sueli Rodrigues, Lucineide Barros, Danielle Alves, Elaine Mesquita, Ilana Monteiro, Natasha Karenina, Evilla Pamella e Maria Antônia Vieira.

A todas as que vieram antes de mim e também às que chegaram um pouco depois, em especial à minha afilhada Maya, a quem desejo um mundo melhor.

Aos meus amigos Tyrone Miranda, Douglas Rodrigues, Fabrício Fernandes e Lucas Martis pelas conversas de bar e de UESPI.

Ao Serviço de Psicologia da UESPI, em especial Juma Frota e Mariane Siqueira que me acolheram tão bem.

A Nayelí Ellen Freitas, Jéssica Souza, Vanessa Santos, Noah Oliwer, Pedro Henrique Felix, Patricia Lustosa e tantas outras pessoas especiais que tive a oportunidade de encontrar na Psicologia UESPI.

Aos espaços coletivos que me formaram, me permitiram trocar com os meus e sonhar junto um mundo melhor, em especial ao coletivo RUA, à Liga Acadêmica de Saúde da População Negra (LASPN) e ao Coletivo Sueli Rodrigues.

A Magnólia, Esmeralda e Lorde por terem sido minhas fontes de amor durante o processo deste trabalho.

A todos aqueles e aquelas que não nomeei aqui, mas que têm um lugar no meu coração.

À Espiritualidade por me acompanhar e me proteger durante essa caminhada.

À arte por me permitir transbordar.

*Lembrou-se então de que era uma mulher e
não uma máquina desenfreada, louca,
programada para correr correr.
(Conceição Evaristo)*

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar as intersecções entre racismo genderizado e sofrimento psíquico na trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes do curso de Psicologia. Partindo da compreensão de que o sofrimento psíquico não pode ser reduzido a uma perspectiva individual ou patologizante, o trabalho adota uma abordagem interseccional e amparada na decolonialidade para analisar como o racismo estrutural, aliado ao sexismo, produz efeitos subjetivos e simbólicos profundos em mulheres negras no contexto universitário. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa de caráter exploratório e bibliográfico, partindo também do método da cartografia, que permitiu a pesquisadora ser observadora sensível e localizar o discurso, contrapondo a suposta neutralidade e universalidade acadêmica, que não é outra coisa senão branca, masculina e socialmente privilegiada. O referencial teórico foi construído com base em obras de autoras e autores como Neusa Santos Souza, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Audre Lorde, Frantz Fanon, Carla Akotirene e Cida Bento, entre outras/os que refletem sobre subjetividade, sofrimento psíquico, racismo, gênero, interseccionalidade e epistemologias negras. A análise foi estruturada em três objetivos centrais: investigar os efeitos do racismo na trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes do curso de Psicologia e sua relação com o sofrimento psíquico; compreender a construção da imagem da mulher negra no Brasil e os efeitos desses estereótipos no imaginário social brasileiro; e analisar as estratégias de enfrentamento ao racismo e a necropolítica utilizadas por mulheres negras na academia, bem como a responsabilidade das instituições. Como principais resultados, identificou-se que o sofrimento psíquico vivenciado por mulheres negras acadêmica, para além de indicadores clínicos, se expressa por meio de angústias existenciais, tentativas de assimilação à branquitude, silenciamento, sentimentos de inadequação e evasão universitária. Esses efeitos derivam de violências simbólicas e institucionais, como o epistemicídio, o racismo institucional, a representação compulsória e a exclusão das epistemologias negras dos currículos acadêmicos. Por outro lado, o trabalho também evidencia estratégias de resistência construídas por essas mulheres, como o aquilombamento, a organização da raiva enquanto potência política, a construção coletiva da doridade e a disputa por um feminismo interseccional a partir de espaços protagonizados por mulheres negras. Conclui-se que há urgência em repensar a Psicologia desde uma perspectiva antirracista e decolonial, que reconheça as subjetividades negras como legítimas e combata os processos de patologização das respostas à opressão. É necessário que as instituições de ensino superior, o Conselho Federal de Psicologia e o Estado, por meio das políticas públicas, assumam sua responsabilidade na transformação estrutural da formação em Psicologia, promovendo mudanças curriculares, ações de permanência e acolhimento para mulheres negras e o reconhecimento das epistemologias negras como parte integrante da ciência psicológica. O trabalho propõe-se como uma contribuição para a construção de uma Psicologia comprometida com as mudanças estruturais, que reconheça o sofrimento psíquico como expressão das opressões e que esteja preparada para escutar, acolher e fortalecer mulheres negras em suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Palavras-chave: Racismo Genderizado. Sofrimento Psíquico. Mulheres Negras. Interseccionalidade. Psicologia.

ABSTRACT

This study aims to investigate the intersections between gendered racism and psychological suffering in the academic trajectory of Black women students in Psychology. Starting from the understanding that psychological suffering cannot be reduced to an individual or pathologizing perspective, the research adopts an intersectional and decolonial approach to analyze how structural racism, combined with sexism, produces profound subjective and symbolic effects on Black women in the university context. The methodology used was qualitative, exploratory, and bibliographic research, also employing the method of cartography, which enabled the researcher to act as a sensitive observer and to locate discourse, challenging the supposed neutrality and universality of academia, which is, in fact, white, male, and socially privileged. The theoretical framework was built upon the works of authors such as Neusa Santos Souza, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Audre Lorde, Frantz Fanon, Carla Akotirene, and Cida Bento, among others who reflect on subjectivity, psychological suffering, racism, gender, intersectionality, and Black epistemologies. The analysis was structured around three main objectives: to investigate the effects of racism on the academic path of Black women students in Psychology and its relation to psychological suffering; to understand the construction of the image of the Black woman in Brazil and the effects of these stereotypes on the Brazilian social imaginary; and to analyze the strategies of resistance to racism and necropolitics employed by Black women in academia, as well as the institutional responsibilities involved. The main findings reveal that the psychological suffering experienced by Black women in academia is not limited to clinical indicators but manifests through existential anguish, attempts to assimilate into whiteness, silencing, feelings of inadequacy, and academic dropout. These effects stem from symbolic and institutional violence, such as epistemicide, institutional racism, compulsory representation, and the exclusion of Black epistemologies from academic curricula. On the other hand, the study also highlights resistance strategies developed by these women, such as *aquilombamento* (community-based resistance), the political organization of rage, the collective construction of *dororidade* (shared pain and solidarity), and the struggle for an intersectional feminism rooted in spaces led by Black women. The study concludes that there is an urgent need to rethink Psychology from an anti-racist and decolonial perspective, one that recognizes Black subjectivities as legitimate and resists the pathologization of responses to oppression. Higher education institutions, the Federal Council of Psychology, and the State, through public policies, must assume responsibility for the structural transformation of Psychology training, promoting curriculum reform, retention and support initiatives for Black women, and the recognition of Black epistemologies as integral to psychological science. This research aims to contribute to the construction of a Psychology committed to structural change, one that acknowledges psychological suffering as an expression of oppression and is prepared to listen to, support, and empower Black women in their academic and professional journeys.

Keywords: Gendered Racism. Psychological Suffering. Black Women. Intersectionality. Psychology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA - LOCALIZANDO O DISCURSO	16
3	SOFRIMENTO PSÍQUICO E RACISMO GENDERIZADO NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE MULHERES NEGRAS	18
4	A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NEGRA NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO E SEUS EFEITOS SUBJETIVOS	30
5	ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE SOBREVIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NO CURSO DE PSICOLOGIA	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o racismo opera colocando pessoas negras à margem na estrutura social, é o que se conclui ao analisar os dados sobre renda, educação e violência acerca dessa população. No ano de 2022, pretos e pardos representavam 55,7% da população brasileira, enquanto esse grupo constituía 70,3% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2022). Como afirma Sueli Carneiro (2011), raça e pobreza são sinônimos no Brasil. Na busca pela diminuição das desigualdades sociais provocadas pelo racismo, a Lei de Ações Afirmativas (Brasil, 2012), fruto da luta do movimento negro brasileiro, foi e continua sendo um importante marco na luta pela igualdade racial no Brasil.

A lei já comprova sua necessidade a partir dos dados sobre estudantes negros nas universidades brasileiras. Segundo o IBGE, em 2018, 50,3% dos estudantes de ensino superior no Brasil eram negros, e ao adicionar o fator gênero, mulheres negras chegavam a ocupar pouco mais de um quarto das universidades brasileiras, sendo 26,3% dos estudantes, enquanto mulheres brancas eram 29,4%, uma diferença gritante quando comparada aos dados de anos anteriores. Tendo em vista a entrada de pessoas negras na universidade, um local anteriormente majoritariamente branco, notou-se a necessidade de investigar quais os atravessamentos dessa ocupação do ambiente acadêmico para pessoas negras, principalmente para mulheres negras.

Principalmente em cursos como o de Psicologia, em que a porcentagem de profissionais negras ainda é baixa quando comparada com a de profissionais brancas (Lhullier, 2013). O rosto da Psicologia no imaginário social, embora feminino, continua sendo branco, dado que a área é composta principalmente por estudantes, professores e profissionais deste grupo étnico-racial.

O presente trabalho buscou compreender os atravessamentos do racismo na trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes do curso de Psicologia, a partir da investigação das relações entre o sofrimento psíquico e o racismo genderizado e da construção da mulher negra no imaginário social brasileiro. Esse estudo se deu principalmente a partir da indagação acerca dos efeitos do racismo na trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes do curso de Psicologia e sua relação com o sofrimento psíquico; da análise da construção da imagem da mulher negra no Brasil e os possíveis efeitos desses estereótipos no imaginário social brasileiro e na

subjetividade; e da busca e compreensão quanto às estratégias de enfrentamento ao racismo e à necropolítica utilizadas por mulheres negras no ambiente acadêmico.

Para discorrer acerca dos atravessamentos psíquicos em mulheres negras estudantes de Psicologia, fez-se necessário tecer linhas entre racismo, sexismo e outras opressões que afetam este grupo. Grada Kilomba (2019) propõe o conceito de racismo genderizado, a manifestação da opressão de raça e gênero vivida unicamente por mulheres negras, essa proposição dialoga com as teorizações de Sueli Carneiro (2011) acerca do racismo e sexismo na sociedade brasileira e com a lente da interseccionalidade (Akotirene, 2019)

A teórica Karla Akotirene define esse instrumento metodológico como um conceito que:

“[...] visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisgenderopatriarcado — produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2019, p. 14)

É a partir dessas articulações que pudemos, por meio deste estudo, compreender as relações entre o racismo genderizado e o sofrimento psíquico de mulheres negras no contexto das formações em Psicologia no Brasil.

Aplicamos neste trabalho o conceito de sofrimento psíquico de forma ampla, não necessariamente como sinônimo de transtornos psicológicos, mas a partir do diálogo com o conceito de mal-estar proposto por Freud (2010 [1930]), levando em conta também que esse é um conceito que não serve apenas à Psicologia, mas se articula em diversas áreas para pensar a saúde para além de uma visão biomédica. Utilizamos também as teorizações de Achille Mbembe (2018) acerca das novas políticas de morte engendradas pela colonialidade e como isso se relaciona com o sofrimento psíquico de mulheres negras, principalmente em espaços onde a violência não se dá por meio de balas, mas a partir da subjetividade.

Buscou-se investigar as relações entre o sofrimento psíquico e a construção da mulher negra no imaginário social brasileiro. Utilizando como base teórica principalmente as produções de pensadoras(es) negras(os) acerca das relações raciais na sociedade brasileira, seus efeitos na subjetividade de pessoas negras, a

construção da imagem da mulher negra no imaginário social brasileiro e os conceitos propostos por essas(es) intelectuais.

A relevância deste estudo se dá a partir da urgência de ampliar os horizontes da psicologia brasileira acerca da subjetividade de mulheres negras, visto que, embora os estudos sobre a psique de pessoas racializadas não sejam algo novo no campo da psicologia, dado que dispomos de produções como as de Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Virgínia Bicudo, Cida Bento, Grada Kilomba etc, ainda é preciso expandir e atualizar esses estudos no intuito de disputar a Psicologia e movê-la para as bases da sociedade e para a construção de uma atuação que abarque também as necessidades e especificidades de mulheres negras.

Por muito tempo o campo da psicologia brasileira atuou como cúmplice do racismo e de outras opressões presentes na estrutura social brasileira, realidade que precisa ser transformada, visto que raça e gênero são importantes categorias para a construção da subjetividade dos sujeitos, e uma vez que a subjetividade é um conceito tão importante para a Psicologia, mas que muitas vezes pode ser analisada de forma individualizante (Conselho, 2017; Gonzaga, 2022)

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa de caráter exploratório (Gil, 2002). A construção da pesquisa se deu a partir do método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari (1995) para o estudo da subjetividade e seus processos de produção. Este método possibilita ao pesquisador tornar-se um observador sensível na composição das cartografias que constituem a pesquisa (Rolnik, 2007). O método da cartografia foi utilizado nesta construção também como forma de transgredir a ideia hegemônica de neutralidade, objetividade e universalidade propostas no campo acadêmico, uma vez que toda e qualquer produção sempre parte de um local, tendo cor, gênero e classe social. Propõe-se aqui a defesa de uma “epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico”, visto que, nenhum discurso é neutro, o neutro e universal apenas seguem a lógica do discurso dominante (Kilomba, 2019).

Para a construção dessa investigação empregamos também o conceito de colonialidade e seus diferentes tipos de manifestação, partindo do ponto de que embora o período colonial tenha se findado, a colonialidade enquanto ideologia continua impondo suas formas de dominação do ser, do saber e do poder (Bernardino-Costa *et al.*, 2020; Gomes, 2020). Investigamos como se dá essa

interação na formação da identidade da mulher negra brasileira, especialmente em espaços acadêmicos, e os possíveis efeitos subjetivos dessa relação.

Assim, utilizamos também o conceito de branquitude como parte dessa ideologia dominante do colonialismo, pois é algo que nasce dele. Esse é um conceito importante ao longo de todo o trabalho, tendo em vista que é o suposto lugar de ideal, baseado na subjugação de uma raça por outra. Lembrando que branquitude não pode ser lido como pessoas brancas, pois a branquitude em si é a ideologia, um projeto, em que pessoas brancas são beneficiadas (Schucman & Silva, 2022).

Ao longo deste trabalho atravessamos a investigação do conceito de sofrimento psíquico, sua disputa no campo da psicologia e suas ligações com o racismo genderizado e as interseccionalidades (Kilomba, 2019; Akotirene, 2019), principalmente em mulheres negras estudantes de psicologia. A tentativa aqui é a de propor uma investigação para além da ideia do racismo como gerador de desigualdades econômicas e materiais, mas como um possível produtor de mal-estar em pessoas negras que são impostas à assimilação dos ideais da branquitude. Esse é um ideal alcançável em um sistema que nega qualquer vestígio de negritude? E não sendo, qual a resposta do ego frente à tentativa de projeção e cisão da identidade negra? Como esses atravessamentos se perpetuam até hoje na memória coletiva de pessoas negras?

O segundo capítulo discorre acerca da construção da imagem da mulher negra no imaginário social brasileiro a partir das contribuições de Lélia Gonzalez (1984), que apresenta a figura da mulata, da doméstica e da mãe preta como arquétipos fundados a partir da neurose cultural brasileira e do mito da democracia racial com o intuito de manter mulheres negras no lugar de subalternidade. A partir da relação entre estes conceitos foi possível investigar a que servem esses estereótipos e sua correlação com a neurose cultural brasileira, a culpabilidade branca e a projeção do racismo. Também abordamos como a manutenção desses estereótipos e o contrato racial (Mills, 2023; Carneiro, 2011) afetam a entrada de mulheres negras nos cursos de Psicologia. Estas articulações possibilitaram a compreensão das marcas desses estereótipos na psique de mulheres negras, principalmente as que adentram o curso de Psicologia.

O último capítulo apresenta os resultados desta pesquisa retomando a articulação entre o sofrimento psíquico e o racismo genderizado, trazendo as possíveis formas de manifestação desse sofrimento em mulheres negras, principalmente quando adentraram a universidade. Discutimos as possíveis respostas da mulher negra frente ao racismo genderizado na universidade, como o sofrimento psíquico e a organização da raiva por meio da dororidade, uma articulação entre os estudos de Audre Lorde (2019), Vilma Piedade (2017) e bell hooks (2019). A partir disso foi possível investigar as possibilidades no que diz respeito às formas de organização e (re)existência de mulheres negras na universidade.

Exploramos também a responsabilidade das instituições na eliminação do racismo estrutural e institucional presente em seu interior, principalmente o Estado Brasileiro, as Instituições de Ensino Superior Brasileiras e o Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos Conselhos Regionais da profissão, que também têm influência sobre a formação em psicologia, principalmente sobre suas epistemologias.

2 METODOLOGIA - LOCALIZANDO O DISCURSO

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa de caráter exploratório, produzida tendo como base material já elaborado, como livros e artigos científicos. Essa categoria de pesquisa tem como principal vantagem proporcionar ao investigador um maior alcance em relação aos fenômenos estudados. Principalmente quando o fenômeno pesquisado requer dados dispersos pelo espaço, seja geográfico, histórico ou social, tomando sempre o cuidado de selecionar cuidadosamente as fontes a serem utilizadas no decorrer do trabalho (Gil, 2002), visto que, na construção desta pesquisa foi necessário adotar um aporte teórico consistente frente aos aspectos estudados (Quivy & Campenhoudt, 2005), nesse caso, os atravessamentos do racismo e seus impactos na trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes de Psicologia e suas relações com o sofrimento psíquico.

Utilizou-se como base para o referencial teórico desta pesquisa as produções de teóricas(os) e pesquisadoras(es) negras e negros que se propõem a investigar as relações raciais no Brasil e seus efeitos na subjetividade de pessoas negras, principalmente de mulheres negras. Diferente do pensamento hegemônico de que o campo da pesquisa pode ser neutro, objetivo e universal, propõe-se aqui o que demandou Grada Kilomba (2019), uma “epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específica”. Portanto, nenhum discurso é neutro, como propõe a branquitude e a academia, o neutro e universal apenas seguem a lógica do discurso dominante (Kilomba, 2019).

Mesmo após o fim do domínio colonial, a colonialidade ainda se impõe sobre os campos do ser, do poder e do saber (Bernardino-Costa *et al.*, 2020), ocupando dentro deste último, o campo da produção científica e dos currículos acadêmicos, sendo urgente uma “ruptura epistemológica, política e social” por parte de quem adentra esses espaços (Gomes, 2020, p. 225), principalmente quando se trata de uma pesquisa acerca de sujeitas(os) historicamente marginalizadas(os). É preciso romper o discurso dominante que coloca pessoas negras no lugar de “objeto”, e numa oposição a esse lugar de outridade imposto para grupos marginalizados, nos

tornarmos sujeitos de nossa própria história, reinventando a nós mesmos e a nossa própria identidade (Kilomba, 2019; hooks, 1989 apud Kilomba, 2019).

Neusa Santos Souza propôs que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (Souza, 2021), falar a partir das nossas perspectivas, realidades e identidades, pois, ao escrever, batemos de frente com a colonialidade, nomeando de outras formas a realidade e o espaço que ocupamos, sendo possível criar “um novo discurso com uma nova linguagem” (Kilomba, 2019), na tentativa de contribuir com o que Neusa Santos Souza (2021) chamou de “a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade”. Uma espécie de escrevivência, como propõe Conceição Evaristo (2020, p. 35), produzindo “uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade”.

Dito isto, utilizou-se para a produção deste trabalho, além das produções já elencadas acerca da construção de uma nova epistemologia marginal, o método da cartografia, proposto por Deleuze e Guattari (1995) para o estudo da subjetividade e seus processos de produção. Este método possibilita ao pesquisador tornar-se um observador sensível, que tem a tarefa de dar vazão aos afetos que pedem passagem, estando mergulhado nas intensidades de seu tempo e atento às linguagens que encontra, devorando as que parecem possíveis, para compor as cartografias que se fizerem necessárias.

O cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago (Rolnik, 2007). Como pesquisadoras(es), somos segmentarizadas por todas as direções, como apontam Deleuze e Guattari (1995), ou seja, somos atravessados de diversas formas por diversas linhas que constituem nossa subjetividade, o cartógrafo, é então, partícipe das próprias linhas que ele segue, sendo um efetivo praticante das composições de realidade que ele pretende descrever (Simonini, 2019).

Este método será utilizado como forma de transgredir a ideia de neutralidade na produção científica, visto que toda e qualquer produção sempre parte de um local, tendo cor, gênero e classe social. É necessário, portanto, localizar de onde parte este trabalho. Tomando emprestado mais um termo geográfico e ancestral, este trabalho, e a autora, partem de uma encruzilhada que liga gênero, raça, classe, sexualidade e memória.

3 SOFRIMENTO PSÍQUICO E RACISMO GENDERIZADO NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE MULHERES NEGRAS

*"Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banjo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós."*
(EVARISTO, 2008, p. 13).

A manifestação do racismo na sociedade brasileira gerou e ainda gera diversos atravessamentos na vida das pessoas negras, que historicamente têm sido impactadas por essa lógica de exclusão e violência. O evento nefasto da escravização não apenas dizimou populações, mas também apagou, de forma brutal, parte da identidade cultural de povos africanos e de seus descendentes, deixando cicatrizes profundas que se perpetuam até hoje. As consequências desse processo histórico são múltiplas: econômicas, sociais, simbólicas e subjetivas. Isso se comprova nos dados sobre mortalidade, violência e desigualdade. “A negritude se acha inscrita no signo da morte no Brasil” (Carneiro, 2011, p.92); basta olhar para o dado alarmante de que, segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2021), 77% das pessoas assassinadas no país são negras.

Jovens negros têm 2,6 vezes mais chances de serem mortos do que jovens brancos. Os índices de escolarização e renda também revelam a permanência dessas desigualdades: mesmo com o avanço na presença de estudantes negros nas universidades, a evasão e as dificuldades de permanência continuam sendo altíssimas (INEP, 2022; IBGE, 2019). Esses dados evidenciam quem é considerado descartável, quem pode ser deixado morrer e quem, na lógica hierarquizada da sociedade brasileira, não importa (Carneiro, 2011; Mbembe, 2018).

Essa lógica de violência e exclusão não se restringe aos espaços historicamente marcados pela marginalização, como as favelas, os presídios e os hospitais, ela também se infiltra nos espaços que simbolizam a ascensão social. Se nas favelas o genocídio opera sob a falácia da guerra às drogas; nos presídios através do encarceramento em massa; e nos hospitais pela ausência de políticas públicas voltadas à população negra, cabe então perguntar: como o racismo atua, nos espaços de poder e saber anteriormente ocupados exclusivamente pela branquitude, por meio da herança de uma ideia de hierarquia racial? As estruturas sociais continuam a impor papéis, hierarquias e violências que se manifestam no corpo e na mente dos sujeitos. É nesse contexto que o sofrimento psíquico racializado se configura como uma resposta ao deslocamento constante, à exclusão e à vigilância. Qual é a política de morte que opera em espaços onde a bala não alcança? (Carneiro, 2011; Kilomba, 2019; Souza, 2021; Mbembe, 2018)

A Psicologia ainda tem muito a avançar na investigação e mitigação das consequências psíquicas do racismo para sujeitos negros (Conselho, 2022). Quais atravessamentos esse trauma geracional e essa memória psíquica provocam na experiência de mulheres negras dentro da universidade? Qual a memória coletiva de pessoas brancas sobre as relações raciais entre negros e brancos no Brasil? O que esse suposto lugar de poder e de subserviência causa nas relações raciais hoje? Esses são questionamentos importantes para entender como o sofrimento psíquico se manifesta em pessoas negras, mais especificamente em mulheres negras, de forma simultaneamente coletiva e subjetiva.

Este capítulo propõe-se a investigar esse fenômeno, buscando também compreender as relações entre o sofrimento e a trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes do curso de Psicologia. Como o sofrimento psíquico está relacionado às dimensões estruturais do racismo e do sexism? Para isso, é necessário primeiro compreender o que se entende por sofrimento psíquico.

No campo da saúde, ainda se discute e disputa o lugar da visão biomédica, que comprehende saúde com base numa lógica biológica, que leva em conta apenas fatores químicos, físicos e fisiológicos, descartando aspectos como o social, espiritual e psicológico. Ou seja, pensar saúde mental, e especificamente como opera o fenômeno do sofrimento psíquico, também envolve disputar o que se comprehende como saúde. O sofrimento psíquico é um conceito da Psicologia que,

de certa forma, vai contra essa visão apenas biológica do bem-estar; esse conceito dialoga com diferentes campos do saber e diferentes aspectos que convergem. Para compreender como se dá o sofrimento psíquico na vida do sujeito e/ou de determinado grupo, é necessário considerar a subjetividade, o contexto social, histórico e cultural em que está inserido (Safatle *et al.*, 2020).

A concepção de sofrimento psíquico surge também como uma categoria mais ampla, acolhedora e não patologizante, diante de termos como “transtornos mentais” e “doenças”. Isso porque o sofrimento psíquico não se mostra como uma categoria natural, biomédica, jurídica ou propriamente psicológica, mas como uma categoria social, profundamente conectada com o contexto dos sujeitos. É, portanto, um fenômeno social, e não meramente clínico (Safatle *et al.*, 2020).

Ainda que exista um esforço neoliberal de individualização do sofrimento, por meio da responsabilização do próprio sujeito por esse fenômeno, essa lógica se expressa na visão de tratamento reduzida à clínica ou à medicalização. A dor que poderia ser compartilhada como linguagem se transforma em um código que só pode ser decifrado por especialistas. O problema dessa visão individualizante é que o sofrimento psíquico deixa de ser compreendido como responsabilidade do social e passa a ser tratado como uma questão exclusiva do indivíduo, fortalecendo a lógica biomédica, na qual a queixa vira sintoma, e o sintoma, diagnóstico a ser tratado entre médico e paciente, em uma relação de poder, passividade e, muitas vezes, estigmatização, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados (Sarti, 2001; Safatle *et al.*, 2020).

O sofrimento psíquico, enquanto fenômeno que se opõe à lógica biomédica, não pode ser compreendido apenas como uma resposta individual. Pelo contrário, trata-se de um efeito que emerge de relações sociais degradadas, alienadas ou desestruturadas (Safatle *et al.*, 2020). Essas relações são atravessadas pela lógica individualizante do neoliberalismo e por opressões estruturais que naturalizam o sofrimento e que o configuram como uma resposta às violências simbólicas contínuas, que afetam especialmente sujeitos marginalizados, e como um reflexo da ausência de políticas públicas que os tornam descartáveis, como aponta Mbembe (2018), passíveis de “deixar morrer”.

A psicanálise, embora historicamente pouco atenta à questão racial, oferece ferramentas importantes para compreender como tais experiências sociais se inscrevem na constituição subjetiva e se manifestam como sintomas. Freud (2010 [1930]; 2011 [1921]), em diferentes momentos de sua obra, indica que o sofrimento não é apenas uma questão interna, mas está profundamente entrelaçado com o mundo externo. Ainda que não se estendesse propriamente sobre o fenômeno do sofrimento psíquico, para a psicanálise o sofrimento humano advém não somente de um mal-estar individual, mas também como um sintoma do social. Como afirma Freud (2010 [1930]) em *O mal-estar na civilização*:

O sofrer os ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sofrimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro; tendemos a considerá-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem (Freud, 2010 [1930], p. 21).

A psique não é algo separado ou desconexo do que acontece na sociedade, ou dos males pelos quais, historicamente, alguns grupos sociais foram afetados. Nesse sentido, de que forma o racismo e o colonialismo afetam o bem-estar psíquico de pessoas negras, mais especificamente, de mulheres negras?

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (2011 [1921]) aborda formas de idealização e submissão a figuras de autoridade, mas também a estruturas sociais autoritárias. Aqui, consideramos o próprio colonialismo, que, embora não possua uma figura única de liderança, apresenta um ideal dominante a ser seguido: o da brancura (Bernardino-Costa *et al.*, 2020). Freud (2011 [1921]) apresenta a idealização como o mecanismo pelo qual o indivíduo projeta no líder, neste caso, na ideia coletiva, qualidades que ele próprio gostaria de possuir. Nesse processo, o indivíduo abandona seu ideal de ego e o substitui pelo ideal comum da massa, buscando aprovação e pertencimento por meio da identificação com o coletivo.

É importante destacar que essa idealização e submissão são impostas e violentas, visto que o sistema colonialista, em si, impõe o ideal branco como o único digno do *status de sujeito* (Souza, 2021). A sociedade exige uma falsa ideia de

“uniformidade” (Munanga, 2008), que tem como custo o contínuo recalque das diferenças individuais. Essa noção freudiana de idealização permite refletir sobre como, no racismo, os sujeitos racializados podem ser levados a internalizar ideais de branquitude e embranquecimento como condição de pertencimento social, o que gera repressão das singularidades subjetivas, produzindo alienação e sofrimento psíquico em sujeitos racializados (Freud, 2011; Souza, 2021).

O pertencimento social exige, portanto, uma repressão pulsional, principalmente quando se trata de indivíduos racializados. O custo de não atingir esse ideal não é apenas o do não pertencimento ao grupo social — que por si só já seria suficiente para produzir sofrimento —, mas a consequência real de não atingir o ideal branco é a desumanização. Essa repressão à diferença como exigência para o pertencimento também é discutida por Sueli Carneiro, ao afirmar que a branquitude funciona como um “espelho normativo”, exigindo que os sujeitos negros se distanciem de sua origem para alcançar reconhecimento (Carneiro, 2003).

Por outro lado, o custo de ser sempre colocado como "Outra/o", nunca como "Eu", é a angústia e a neurose, visto que esses sujeitos vivem o conflito entre sua identidade e os padrões sociais excludentes impostos pela branquitude e pela colonialidade. Na sociedade racista, o indivíduo é separado, violentamente, de qualquer identidade própria. Essa separação forçada configura-se como um trauma clássico, privando o indivíduo racializado de sua própria conexão com a sociedade, que é inconscientemente pensada para a branquitude (Kilomba, 2019).

Esse sofrimento, portanto, não deve ser lido apenas como experiência individual, mas como um efeito histórico-estrutural. Trata-se de uma memória coletiva marcada por perdas, exclusões e violências sistemáticas, uma alienação ontológica. Outro aspecto importante no que tange à psique do sujeito racializado está no sofrimento advindo do trauma geracional, da memória coletiva do passado colonial de escravização e constante desumanização, algo que não foi esquecido no aspecto psíquico, pois deixou marcas profundas, passadas de geração para geração, de um povo que teve suas raízes e sua identidade arrancadas. Ainda que de forma inconsciente, o passado colonial foi “memorizado” pelo sujeito negro. Não há como pensar no sofrimento psíquico do negro brasileiro sem relacioná-lo a essa

ferida aberta que é a história do escravismo no Brasil (Fanon, 2020; Kilomba, 2019; Souza, 2021).

Embora latente, o sofrimento advindo dos séculos de escravização, traduzido em memória psíquica coletiva, não costuma ser nomeado, visto que, no Brasil, o mito da democracia racial acaba por distanciar os próprios sujeitos negros da verdadeira história do que foi o horror da escravidão e do colonialismo, não permitindo que os sujeitos racializados possam nomear e identificar de onde vem seu sofrimento. Essa dificuldade de nomear, junto do não saber o que causa o sofrimento, é um dos aspectos que dificultam a elaboração e transformam a experiência e a memória em sintoma (Kilomba, 2019).

Como aponta Grada Kilomba (2019), o trauma do negro não é causado somente pelas relações de base familiar, como sustenta boa parte da teoria psicanalítica, mas sim pelo que a autora descreve como o “traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo”, que, como abordado anteriormente, coloca sempre o sujeito negro no lugar da outridade. Ou seja, o sofrimento psíquico de pessoas negras é, em grande parte, causado pelo mundo externo e pela relação com os outros, nesse caso, com a branquitude, constantemente marcada pela violência do racismo, ainda que velado ou estrutural. E viver a violência do racismo “é tão excessivo e intolerável para a organização psíquica, que [...] assombra o sujeito negro de maneira que outros eventos não o fazem” (Kilomba, 2019, p. 219).

Essa experiência do sofrimento é calada pelo silenciamento do racismo, mas grita no sujeito negro como sintoma. Esse trauma coletivo se inscreve no corpo negro (Kilomba, 2019; Freud, 2010 [1936]; Fanon, 2020). Esse silenciamento da dor que grita como sintoma ou sofrimento psíquico se dá de outras formas em mulheres negras, visto que estas ocupam um não lugar até mesmo nos grupos marginalizados e oprimidos. A dupla outridade é experimentada por não serem nem brancas e nem homens, dentro de uma sociedade que herdou do patriarcado e da supremacia branca, típicos do colonialismo — o machismo e o racismo.

Dentro dessa organização hierárquica imposta, mulheres negras apresentam uma dupla outridade. Seu lugar é o de outra, nunca o do eu, trazendo a essa interação um quê a mais de desumanização e silenciamento. Nesse sentido, em meio à opressão de raça e gênero, mulheres negras habitam o espaço vazio, o que

Grada Kilomba (2019) chamou de “terceiro espaço”, mas que também poderia ser definido como um não lugar, traduzindo-se numa não existência (Kilomba, 2019; Fanon, 2020).

Além disso, é preciso considerar que o impacto simultâneo das opressões de raça e de gênero produz formas de racismo vivenciadas exclusivamente por um grupo específico: o das mulheres negras. Essas mulheres experimentam uma forma de violência que não pode ser plenamente compartilhada nem com outros grupos racializados, nem com outras mulheres. Trata-se de uma opressão distinta, nomeada como racismo genderizado, que atua de forma interseccional e violenta, mantendo mulheres negras não apenas à margem da sociedade, mas em um lugar ainda mais solitário e desumanizante: a zona do não ser (Kilomba, 2019; Fanon, 2020).

Na ânsia de se afirmar como centro e como “eu”, a branquitude, por meio de suas ferramentas de dominação, constrói a negritude como o “outro”, o marginal, em uma cruel dinâmica de poder. O racismo genderizado, como estratégia de dominação, empurra essas sujeitas para o lugar de alteridade e marginalidade também dentro de suas próprias comunidades: entre mulheres brancas, sofrem o racismo; entre homens negros, são atingidas pelo machismo (Kilomba, 2019; hooks, 2019). Essa lógica revela uma clara dinâmica assimétrica de poder. Nessa relação, a branquitude reafirma seu lugar central ao criar espaços de exclusão e subalternidade — espaços estes que só podem ser compreendidos e enfrentados a partir do conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019).

A interseccionalidade é uma importante ferramenta teórica e metodológica pensada por intelectuais negras para analisar a articulação entre as opressões de gênero, raça e classe nas relações sociais (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021). Para que se compreenda o racismo no Brasil e como ele afeta mulheres negras, é imprescindível que se utilize esta ferramenta analítica, visto que as opressões que assolam a mulher negra brasileira recaem de forma sistêmica e violenta sobre o seu corpo, sua história e sua psique, uma vez que vivem diariamente as mazelas do preconceito de raça, classe e gênero. Nesse sentido, não é possível compreender o racismo sem entender como esse fenômeno se entrelaça com essas outras formas de opressão, como o patriarcado e o capitalismo (Davis, 2016).

O que chamamos de interseccionalidade é, antes de tudo, uma estratégia para revelar as múltiplas dimensões da exploração, mas que também parte da compreensão de que essas opressões se conectam, não estando uma acima da outra, como em uma hierarquia, mas interligadas, tornando-as ainda mais complexas e dificultando as articulações para barrar os efeitos destas opressões. E, tendo em vista esses diversos atravessamentos simultâneos, é possível compreender que o racismo estrutural, o capitalismo e o patriarcado distanciam mulheres negras do acesso a espaços dominados pela branquitude, como os espaços do saber e da erudição, as universidades, o “centro acadêmico” (Collins & Bilge, 2021; Davis, 2016; Kilomba, 2019).

Mas o que acontece quando mulheres negras, apesar de todos os obstáculos produzidos pelo racismo, adentram esses espaços e desafiam a lógica dominante da branquitude?

Nos ateremos aqui às consequências da ocupação desses espaços brancos na subjetividade de mulheres negras, aos atravessamentos e afetos que adentrar esses locais pode causar na organização psíquica dessas sujeitas. Tentando trazer mais elementos que possibilitem responder à pergunta que Grada Kilomba (2019, p. 169) ousou fazer: “o que acontece quando negras e negros atravessam essa membrana (do racismo) e entram em espaços brancos?”

Ao conquistar esse acesso que, na maioria das vezes, é negado às pessoas negras, a batalha contra o racismo e o colonialismo não está ganha, pois é nesse espaço que mulheres racializadas experienciam a dor de não caber e de não pertencer. E, na tentativa de se manterem nesses espaços de violência e exaltação do ideal branco, mulheres negras precisam, muitas vezes, perseguir um ideal inalcançável de brancura, visto que esta não é apenas uma cor de pele, mas um ideal a ser alcançado, um lugar de humanidade e de pertencimento. Mas esse é um ideal inalcançável para essas sujeitas, que, ainda que consigam apagar todos os vestígios de negritude presentes em seu ser, não serão lidas ou aceitas como iguais pela branquitude, ocupando sempre esse lugar de outridade e de subalternidade. O que resta é a angústia de não ser, não pertencer e não existir. (Kilomba, 2019; Fanon, 2008)

Esse ideal inalcançável serve também para a manutenção do sistema, pois dialoga com a lógica neoliberal de performance da excelência e da produtividade

como medida de valor. Numa busca por aceitação e pertencimento, mulheres negras precisam ser duas vezes melhores, como aponta o grupo Racionais MC's na música *A vida é um desafio* (2002), ao versar sobre as vivências de quem está à margem. A lógica neoliberal assume que, quando o sujeito não consegue atender a essas expectativas, pode sucumbir ao colapso psíquico — num ato de individualização da culpa —, mas entende esse colapso como um fracasso pessoal, e não como produto de um sistema falido, que se alimenta do sofrimento psíquico de pessoas marginalizadas e ignora os determinantes sociais do sofrimento (Safatle *et al.*, 2020), neste caso, de mulheres negras dentro do contexto acadêmico.

Ao tentar se encaixar nessa lógica meritocrática que ignora o racismo estrutural e as desigualdades, e que tem a branquitude como ideal, mulheres negras são levadas à alienação, à falsa ideia de que é possível escapar da sua negritude e do racismo que as rodeia para, então, pertencer aos espaços da branquitude. Essa atitude e crença não são totalmente conscientes. A imagem do branco é construída como a do herói e, logo, a do negro como vilão. Em uma espécie de projeção branca, forçadas a olhar para si mesmas como as outras, mulheres negras se veem presas na ordem colonial em que a brancura é a virtude e a negrura, o pecado. Essa dicotomia inscreve-se no imaginário social desde a infância, moldando o olhar que o negro lança sobre si mesmo e causando sofrimento, pois a mulher negra nunca deixa de ser negra ou mulher, não importa quanto esforço coloque nesse objetivo. (Kilomba, 2019; Fanon, 2008)

A partir desta realidade, a sujeita sucumbe à culpa de não se assimilar ao seu algoz, pois essa estrutura racista atua como um superego opressor, consolidando o sofrimento psíquico da mulher negra que não encontra legitimidade nem no campo do desejo, nem no campo do reconhecimento social. Tendo em vista que o superego, a instância psíquica que impõe normas e autocensura, é formado também a partir das exigências culturais — neste caso, racistas e patriarcais —, ele pode tornar-se severo demais com o eu, penalizando ainda mais qualquer sinal de falha, prazer ou transgressão, e intensificando o sofrimento psíquico. Essa postura cria um psiquismo fundado na culpa, na autovigilância e no medo. Logo, o desejo, motor do inconsciente, torna-se fonte de angústia e repressão. Isso contribui para a

compreensão do sofrimento psíquico como estruturalmente racializado (Souza, 2021; Fanon, 2008; Freud, 2010 [1936]).

Para além disso, ao almejar a brancura, representação de tudo o que é bom e justo, a mulher negra nega ao seu eu, acabando por negar a si mesma. Emerge, então, um sujeito partido, que se nega por conta da necessidade de ser aceito, de existir. Não é que mulheres negras se sintam inferiores, é que a ideia dominante diz o tempo todo que elas o são. Essa constante repetição simbólica cria uma cisão no seu psiquismo: são negras, mas, para existir, precisam assimilar a branquitude, fazendo surgir desse impasse a neurose e o sofrimento, a partir da alienação da subjetividade negra (Fanon, 2008).

Como aponta Neusa Santos Souza:

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (Souza, 2021, p.53)

Essa constatação aponta para a complexidade do sofrimento psíquico racializado e genderizado. A mulher negra brasileira, em posição de ascensão social, precisa se utilizar da negação de si como estratégia de sobrevivência e busca por reconhecimento, mas às custas do sofrimento psíquico. A mulher negra não adoece apenas por suas condições materiais, mas pela exigência constante de adaptação a um modelo que a nega e exclui. Ou seja, assim como as outras violências do racismo, o sofrimento psíquico também é produtor de morte e de apagamento. (Souza, 2021; Fanon, 2020)

Partindo desta compreensão, é possível observar que o sofrimento psíquico talvez seja uma recusa da reconciliação entre a enunciação e o enunciado, entre aquilo que se diz e o que se quer dizer. Uma discordância entre o conteúdo do discurso (branco) e a posição subjetiva da sujeita (negra). Sendo assim, o sofrimento psíquico racializado surge como uma resposta ao conflito entre linguagem e subjetividade. A linguagem do racismo impõe a branquitude e o apagamento da negritude, e a subjetividade da mulher negra não encontra outra forma de resistir a essa imposição e manter sua subjetividade própria que não o

sofrimento. Sofrer é também um modo da mulher negra dizer não; é uma denúncia e um grito contra a tentativa de apagamento da singularidade destas sujeitas. O sofrimento psíquico surge da não conformidade, como um sintoma de resistência à colonização subjetiva. (Safatle *et al.*, 2020; Fanon, 2020; Kilomba, 2019)

Essa ideia dialoga com o que Mbembe (2018, p. 71) afirma acerca das políticas de morte contemporâneas, uma vez que “o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade”. Ao se atualizar, o colonialismo precisou inovar suas tecnologias de assassinato e subjugação, reconfigurando profundamente “as relações entre resistência, sacrifício e terror”. Ao tornar mais complexas e silenciosas suas antigas ferramentas de morte, o sistema racista e colonial garante êxito em seu principal objetivo: assegurar, de forma mais rápida, a segregação e o extermínio daqueles que são lidos como o outro, a partir da visão da branquitude, que é quem domina os espaços de poder e, consequentemente, de saber, como é o caso do espaço acadêmico (Mbembe, 2018; Kilomba, 2019).

Considerando os elementos discutidos até aqui, conclui-se que, para além de lidar com as consequências causadas pelo racismo e pelo sexismo no campo socioeconômico, a mulher negra brasileira precisa também lidar com o sofrimento psíquico, que surge como consequência da constante tentativa de destruição da sua subjetividade em favor de uma assimilação do ideal de branquitude. Sofrimento esse que não pode ser analisado de forma descontextualizada da realidade e do coletivo, não sendo possível buscar formas individuais de se contrapor a esse fenômeno, como prega o neoliberalismo, e que passa também pelas dores de um trauma coletivo que, passado de geração para geração, permeia a memória psíquica de sujeitos racializados.

Apesar de chegarmos à conclusão de que o sofrimento advindo dessa cisão é também uma resposta e uma resistência da subjetividade negra em não ceder seu lugar para a imposição da branquitude, precisamos nos atentar que, sendo o sofrimento psíquico uma nova arma da colonialidade, principalmente quando esses corpos, que têm não somente cor, mas também gênero, adentram espaços hegemonicamente brancos, como é o caso da academia, é preciso pensar outras

formas de resistência e manutenção da subjetividade de mulheres negras que não tenham como custo o sofrimento psíquico e a alienação.

4 A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NEGRA NO IMAGINÁRIO SOCIAL BRASILEIRO E SEUS EFEITOS SUBJETIVOS

Se pelo menos eu soubesse
 Meu verdadeiro sobrenome
 Meu país, minha terra
 Ah, se eu soubesse, já era
 Se minha carne fosse vista diferente
 Se seu olhar fosse mais inocente
 Se eu não tivesse que ser forte
 Nem dependesse da sorte

Se antes do diabo que me pintam por ser o que sou
 Ou da deusa que cultivam pelo mesmo motivo
 Eu fosse pessoa, pessoa antes de mulata
 Se eu não tivesse que falar na lata
 E se eu não tivesse que gritar
 Ainda ia ter graça me ver sangrar?
 E se eu quisesse me vingar?

Ou cê acha que nós não lembrava
 Do estupro da escrava?
 Que cê ainda comemoram a ação
 Porque o resultado: A linda miscigenação
 Ou cê acha que nós esquece
 [...]
 (Gabz)

A concepção da intersecção entre raça e gênero não é nova. Lélia Gonzalez (1984), por exemplo, já apontava para isso em Racismo e sexismo na cultura brasileira. Grada Kilomba (2019) dá nome a essa forma de opressão de raça e gênero ao chamá-la de racismo genderizado. Essa articulação entre os estudos de Lélia e o conceito de racismo genderizado é central para este trabalho, pois permite compreender como a noção de racismo genderizado se materializa nas vivências específicas de mulheres negras brasileiras, marcadas pelo chamado racismo à brasileira e pela sexualização presente no imaginário social do país.

Antes de discorrer sobre os signos atribuídos pelo sistema colonial racista às mulheres negras brasileiras — estas que, como vimos no capítulo anterior, não atingem o ideal da brancura —, precisaremos, antes, nos debruçar sobre o mito da democracia racial e a neurose cultural brasileira, conceitos fundamentais para

compreender as particularidades que atravessam a psique coletiva desse país continental. (Gonzalez, 1984; Kilomba, 2019)

Estabeleceu-se na sociedade brasileira, muito a partir da cultura e da mídia, a ideia de que o Brasil é a festa da miscigenação, de todas as cores, da exaltação da cultura negra e da mulher negra. No entanto, como aponta Gonzalez (1984), essa democracia racial não passa de um mito, uma falácia que, de tanto ser repetida, acaba também por ser reencenada. Predomina até hoje no discurso a ideia de que aqui não se faz diferença de cor. Essa ideia se fortalece principalmente quando o discurso vem acompanhado da meritocracia, de que, para ocupar lugares de poder e de saber, basta que se esforce suficientemente para isso.

Logo, seguindo a lógica neoliberal racista, se negros e negras não ocupam esse espaço, é porque não são dignos, responsáveis, inteligentes ou trabalhadores. E os poucos que vencem o jogo da meritocracia só podem tê-lo feito por assimilar os ideais da branquitude. Esse mito, tão repetido como verdade, acaba por ocultar as desigualdades raciais, mas sem buscar findá-las; muito pelo contrário, ele é mantenedor do racismo e do colonialismo. (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2011)

Lélia chama esse discurso, próprio do mito da democracia racial, de “neurose cultural brasileira”. A partir deste conceito, a autora propõe que o discurso da consciência e do poder dominante tenta instaurar a ideia de que todos são iguais, brasileiros. Enquanto a consciência tenta fazer esse malabarismo cognitivo, o inconsciente, por meio da língua, da linguagem e da cultura, prova o contrário: a existência da marcação de raça no Brasil, pois não se pode domesticar totalmente a linguagem, esta não se inscreve totalmente na lógica (Gonzalez, 1984).

No cerne da cultura brasileira, mesmo a partir das diversas tentativas de apagamento, estão as marcas da africanidade. No entanto, o “racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, e o neurótico, na busca por “se libertar da angústia de se defrontar com o recalque”, cria maneiras de “ocultar o sintoma” (Gonzales, 1984). Embora a cultura seja marcada pela africanidade, é na estrutura que a branquitude castra qualquer lampejo de negritude, castra ou adestra, num movimento que rompe com os modos de existência originários e impõe novas formas de ser e de nomear, apagando cosmologias, vínculos sagrados e memórias coletivas (Santos, 2023).

Assim, cria formas de negritude que são prisões para os sujeitos racializados, estereótipos de subjugação que recaem, sobretudo, sobre as mulheres negras. Se estas não podem assimilar realmente a branquitude, apenas tentar e sofrer neste processo, que lugar resta à mulher negra na neurose cultural brasileira e no mito da democracia racial? Em quais signos o racismo e o colonialismo tentam encaixar a mulher negra no Brasil e quais os atravessamentos dessa lógica de subjugação? É preciso localizar este não lugar. (Fanon, 2020; Santos, 2023)

Lélia tenta responder o que o mito da democracia racial oculta, e como a sujeita negra é situada no discurso deste mito. O mito da democracia racial “exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra”, que tem como opções de identificação uma tríade de estereótipos que permeiam o imaginário brasileiro e que se relacionam entre si: os estereótipos da mulata, da doméstica e da mãe preta. A mulata seria essa figura sexualizada, endeusada e mítica, que se encontra no imaginário e nas representações midiáticas, como aponta a poesia marginal que ocupa a epígrafe deste capítulo: a deusa cultuada de forma fantasiosa no imaginário coletivo (Gabz).

Essa representação, que para afirmação da falácia da democracia racial, recebe os holofotes e o lugar de glória no carnaval ou em outras manifestações da cultura, é um arquétipo criado especificamente para o olhar de desejo do colonizador e de sua herdeira, a branquitude. Desejo esse que, no mito da democracia racial e da miscigenação, é visto como afeto entre negros e brancos e, por muitas vezes, é colocado como métrica do sucesso das relações étnico-raciais no Brasil e da aceitação da diversidade racial, mas que, na verdade, é a manifestação da violência e do poder que a branquitude exerceu sobre o corpo da mulher negra brasileira por séculos (Gonzales, 1984). Essa exaltação simbólica serve apenas para mascarar o controle histórico que a branquitude exerce sobre os corpos racializados, principalmente os femininos.

Por outro lado, propõe-se também a figura da doméstica. Essa não recebe as mesmas “glórias” que a figura da mulata; estando no cotidiano da branquitude, assume um outro lugar de subserviência, de não existência, é, portanto, a extensão da ideia da casa grande. Herdeira da servidão ligada à figura da mãe preta, essa mulher deve obedecer e ser grata. A figura da mulata e da domestica surgem do

mesmo papel típico da escravidão, surge a partir da figura da mucama, pois trata-se da mesma mulher negra, vista sob diferentes lentes e funções. O que diferencia não é a essência, mas o enquadramento simbólico que a estrutura racial lhe impõe em cada contexto (Ribeiro, 2008).

As duas figuras podem ser simultaneamente sexualizadas e subalternizadas, a depender da conveniência do olhar branco, reforçando a lógica da estereotipação como ferramenta de controle social. Trata-se de uma articulação cruel de opressões, em que essas imagens se transfiguram entre a mulata e a empregada doméstica, os lugares que a branquitude criou para, por meio da estereotipação, enclausurar mulheres negras na base da sociedade. A estas, não resta sequer a possibilidade simbólica de ascensão social, pois subverter esse lugar seria romper com os alicerces da neurose cultural brasileira, que se sustenta justamente na manutenção dessas figuras estereotipadas como símbolo de ordem e hierarquia racial. (Gonzales, 1984; Ribeiro, 2008)

Sobre a figura da doméstica e seu lugar na sociedade brasileira, Lélia Gonzalez aprofunda:

Acontece que a mucama “permitida”, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (Gonzalez, 1984, p. 233)

A partir dessas provocações, é possível articular noções de como essa culpabilidade branca se manifesta ao vivenciar a ocupação de mulheres negras nos cursos de Psicologia e como profissionais dessa área. O que nos leva a questionar quais os atravessamentos psíquicos sofridos por mulheres negras que se arriscam a desafiar o lugar imposto a elas pelo imaginário social brasileiro? Ao ingressar neste espaço, mulheres negras estão duplamente fora do lugar esperado, e, para além disso, estão confrontando o lugar de subalternidade. Como isso se dá, especificamente, na área da psicologia?

A Psicologia é uma profissão majoritariamente feminina. É o que aponta a pesquisa divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia, que revela que mulheres representam 89% dos profissionais registrados na área. Esse dado tem se mantido estável ao longo dos anos, com poucas variações. A pesquisa *Quem é a psicóloga brasileira?* (Lhullier, 2013) responde de forma clara à pergunta que intitula o estudo: a psicóloga brasileira é, em sua maioria, branca e de classe média. O que entra em contradição com os dados populacionais sobre raça e etnia no Brasil, que indicam que mais de 50% da população é negra (pretos e pardos) (IBGE, 2022). Na psicologia, no entanto, essa população representa apenas 28% dos profissionais registrados.

Essa baixa representação se deve a diversos fatores, como a ausência de políticas efetivas de acesso ao ensino superior, de permanência e às desigualdades históricas do sistema educacional. Neste trabalho, interessa-nos compreender mais profundamente as raízes desse distanciamento de mulheres negras em formações — e, consequentemente, em atuações profissionais — em cursos como o de Psicologia. A partir destes dados sobre a baixa representação de mulheres negras na profissão de psicóloga, é possível traçar um paralelo com a realidade dos cursos superiores no Brasil, e com a ideia da manutenção de uma suposta elite que ocupa determinados cursos nas universidades brasileiras (Lhullier, 2013).

Apesar do aumento no número de pretos e pardos na universidade, resultado direto da política de ações afirmativas (Brasil, 2012), esses estudantes ainda estão majoritariamente concentrados em formações menos elitizadas. Ou seja, em cursos que estão, de forma geral, fora do rol das profissões mais desejadas pela elite brasileira, que é, em seu cerne, branca. No país, persiste uma hierarquia entre as profissões, sendo as áreas do direito, das engenharias e da saúde as mais valorizadas. Dentro das ciências médicas, a medicina segue ocupando o lugar mais alto do pódio, mas a Psicologia também se localiza nesse campo de prestígio e desejo, especialmente no que diz respeito à atuação clínica, como apontam pesquisas sobre a identidade de classe da/o psicólogo/o no Brasil (Pereira & Pereira Neto, 2003; Lhullier, 2013).

Todos esses cursos, em maior ou menor grau, carregam consigo a ideia de quase exclusividade branca, tanto no corpo discente quanto docente. Isso se

comprova ao observar o número de estudantes e professores negros, a estrutura dos currículos e quem ocupa os espaços de poder e decisão nas instituições de ensino superior. Essa configuração revela que o acesso de pessoas negras a esses cursos não é apenas uma questão de escolha ou vocação, mas de estruturas que moldam, limitam e condicionam os percursos possíveis dentro do ensino superior. Quando se trata da Psicologia, por exemplo, é preciso considerar que o racismo opera como um organizador das relações étnico-raciais e influencia diretamente as variáveis de formação e inserção profissional de pessoas negras, como aponta o próprio Conselho Federal de Psicologia (Pereira & Pereira Neto, 2003).

O racismo atua como mantenedor da hegemonia branca (Souza, 2021). Consequentemente, o campo da saúde segue extremamente elitizado e branco. Quando se trata do perfil dos estudantes dessa área, a Psicologia, sendo também um curso da saúde, reproduz essa lógica de exclusão, afastando pretos e pardos da sala de aula e, consequentemente, da formação em psicologia. Entrar nesses cursos raramente é colocado como possibilidade para mulheres negras. Não por falta de desejo ou capacidade, mas porque, embora a psicologia esteja nos últimos anos adentrando o campo social e chegando a lugares mais marginalizados da sociedade, ainda é percebida como uma profissão distante do cotidiano e da realidade das classes populares (Conselho, 2017).

Para além disso, como dito anteriormente, mulheres negras são ditas a ocupar locais de servidão e de apagamento, para que assim não despertem a culpa branca (Gonzalez, 1984). Não podem ser vistas e, principalmente, não podem ocupar um lugar de poder, que é o dado às profissões ligadas aos cuidados em saúde, tampouco o de saber, reservado a áreas como a do estudo da mente e do comportamento humano. Para a neurose cultural brasileira, é impossível conceber mulheres negras ocupando este espaço, pois esse simples ato representa uma afronta à neurose: o de expor a imagem da mulher negra em locais que não sejam de apagamento e servidão, fazendo emergir a farsa do mito da democracia racial e emergir o que a neurose da branquitude tenta esconder nas áreas de serviço ou nos quartinhos de empregada da casa grande moderna.

Ao se defrontar com a culpa e o incômodo, a branquitude busca, a todo custo, expulsar essas sujeitas do convívio e dos espaços que entende como seus por direito, como é o caso do centro acadêmico. Lança mão de esforços e violências

para tentar reconduzir a mulher negra ao lugar que lhe foi imposto. E que lugar é esse? (Gonzales, 1984)

A branquitude reserva à mulher negra o lugar da disciplina, da docilidade e da inferioridade, mais especificamente, o da subalternidade (Souza, 2021; Spivak, 2010). Para a branquitude, essa é a única forma de suportar a sujeita negra. Não performar os estereótipos da neurose social brasileira é interpretado como uma afronta à dominação colonial (Carneiro, 2011). Ao branco é atribuído o lugar do autoritarismo e do paternalismo, pois a ideia de uma subalterna silenciosa, incapaz de falar por si, implica na lógica colonial de que seus dominadores precisam falar por ela, e até mesmo nomeá-la. Afinal, são vistas como posse, como objeto, não como humanas. E, a partir dessa lógica, mulheres negras têm sido constantemente faladas e silenciadas (Gonzalez, 1984).

E para que o branco permaneça no lugar de dominador, e a mulher negra no da subalternidade, a branquitude se ancora no contrato racial (Mills, 2023). Como aponta Sueli Carneiro:

A branquitude como sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas, como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesiásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc. (Carneiro, 2011, p.)

Indo de encontro com o que foi dito por Sueli, Cida Bento (2022) afirma que, nas instituições e em todas as esferas sociais, parece existir “uma cota não explicitada de 100% para brancos”, principalmente em lugares de poder. Essa afirmação ajuda a compreender os atravessamentos vividos por mulheres negras que ousam ocupar espaços como o curso de Psicologia. Embora a branquitude se apresente como identidade universal, ela se organiza como coletivo, firmando pactos tácitos de exclusão que garantem a manutenção do privilégio racial.

Quando uma mulher negra ingressa na psicologia, ela tensiona esses pactos, sua presença expõe as contradições do discurso da neutralidade e desafia a ideia de que esse campo é reservado às subjetividades brancas. O sujeito branco, de

forma propositada ou não, se beneficia de forma estrutural da herança escravocrata, e sua recusa em reconhecer sua própria racialidade serve para se manter isento frente aos privilégios acumulados ao longo da história. Nesse contexto, a mulher negra é empurrada para as bordas do espaço acadêmico, frequentemente questionada em sua capacidade, existência e pertencimento, o que gera impactos psíquicos profundos e alimenta o ciclo de silenciamento e exclusão. (Bento, 2022; Carneiro, 2011; Kilomba, 2019)

O negro no Brasil passa por um “processo de expulsão social e negação de acesso às oportunidades educacionais”, um dos poucos caminhos que possibilitam certa mobilidade social. Nesse contexto, a academia se configura como um espaço de “múltiplos mecanismos de aniquilação da capacidade cognitiva e da autoconfiança intelectual” de mulheres negras, negando a estas, devido à sua posição desprivilegiada na hierarquia social, “a condição de sujeitos do saber” — o que se expressa por meio do epistemicídio (Carneiro, 2011), que coloca pessoas negras às margens de qualquer possibilidade de afirmação da negritude dentro do ambiente acadêmico, já que corpos negros são tidos corpos deslocados, que não pertencem.

À mulher negra é atribuído, constantemente, o lugar da “outridade” — composto por tudo aquilo que o sujeito branco rejeita e projeta em sua imagem (Kilomba, 2019). À população negra são comumente relacionados a sensibilidade, a musicalidade, a força/resistência física e o desempenho sexual — num “falso reconhecimento de uma suposta superioridade negra”, como exemplificado na figura da mulata, imagem criada justamente a partir da associação desses “atributos” à “irracionalidade” e ao “primitivismo”, tudo aquilo que o branco recusa para si (Souza, 2021).

Para fortalecer ainda mais este não pertencimento e a outridade projetada pela branquitude, o racismo, por meio da mídia e das representações, forja novos estigmas depreciativos que afastam ainda mais mulheres negras do lugar do saber e da suposta neutralidade perseguida pela academia (Kilomba, 2019). Estas são rotuladas como fortes e raivas. Esse quarto estereótipo atua afastando ainda mais mulheres negras de ocupações como a Psicologia ou da ideia de erudição. À menor manifestação de desconforto frente às imposições da branquitude, mulheres racializadas são imediatamente percebidas como hostis e descontroladas. A raiva é,

portanto, uma clara transgressão à norma colonial. A raiva “é uma reação às atitudes racistas, assim como aos atos e pressupostos que surgem delas”, é o contrário do silenciamento imposto (Lorde, 2019, p. 157).

Mas pode a mulher negra falar? E quando, para permanecer neste espaço de violência que é o ambiente acadêmico, mais especificamente o campo da psicologia, mulheres negras precisam reprimir sua raiva, sua voz, sua reação, que forma assume esse grito internalizado, essa dor silenciada?

Como visto no capítulo anterior, diante da constatação de que para ser minimamente aceita, a mulher negra precisa sucumbir ao ideal da branquitude, e não sendo possível assimilá-lo, precisa então encaixar-se nos estereótipos que o racismo criou para aprisioná-las, o que resta é o sofrimento psíquico advindo dessa repressão da sua identidade e da cisão de ocupar tanto a margem como o centro ou a luta constante para não só falar, mas também ser ouvida dentro da academia, buscando assim abrir novas saídas e possibilidades de (re)existência (Souza, 2021).

Ao serem aprisionadas nos estereótipos postos pelo racismo, mulheres negras aprisionam também seu ser e seu sentir, armas importantes na luta contra a colonialidade do ser. É preciso, portanto, fazer uma escolha política e de sobrevivência, que não é de forma alguma individual, mas coletiva. Visto que a outra aposta é na via do sofrimento como resposta à dominação colonial, como já abordado, sendo esse sofrimento definido como:

[...] o pesadelo de reviver a dor que não foi investigada e metabolizada. Quando vivo a dor sem reconhecê-la, deliberadamente, eu me privo do poder que pode advir do uso dessa dor, o poder de incitar algum movimento para além dela. Eu me condeno a reviver essa dor, uma vez após a outra, sempre que ela é desencadeada por algo. E isso é sofrimento, um ciclo aparentemente inescapável. (Lorde, 2019, p. 219 a 220)

A outra resposta à perda dilacerante da identidade é apontada por Audre Lorde (2019). O uso da raiva como resposta política e de autoafirmação. Por meio de outros recursos que garantam que não caiam na solidão, na representação compulsória ou na representatividade vazia, por meio da dororidade (Piedade, 2017) e da disputa por um feminismo interseccional, mulheres negras podem disputar suas

próprias identidades, narrativas e existências. E, ao serem ouvidas, podem também transformar sua dor em ação e sua raiva em motor para exporem a violência do racismo e do sexismo.

O papel de acabar com o racismo e seus atravessamentos não é só das oprimidas, mas principalmente das instituições acadêmicas e do campo da psicologia. A disputa passa pela construção de uma nova Psicologia, nutrida por novas e antigas fontes de saber acerca da psique de sujeitos racializados. Construída com e para mulheres negras, que, contrapondo o epistemicídio, produzem há décadas conhecimento sobre os efeitos das relações étnico-raciais e do racismo na psique de homens e mulheres e negros e brancos no Brasil.

5 A ORGANIZAÇÃO DA RAIVA E DORORIDADE COMO ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE SOBREVIVÊNCIA FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE MULHERES NEGRAS NO CURSO DE PSICOLOGIA

Esse nosso lugar interior de possibilidades é escuro porque antigo e oculto; sobreviveu e se fortaleceu com essa escuridão. Dentro desse local profundo, cada uma de nós mantém uma reserva incrível de criatividade e de poder, de emoções e de sentimentos que ainda não foram examinados e registrados. O lugar de poder da mulher dentro de cada uma de nós não é claro nem superficial; é escuro, é antigo e é profundo.

(Audre Lorde)

Como discutido anteriormente, com base nas contribuições psicanalíticas — especialmente de autores que analisam os impactos da colonialidade e do racismo na constituição psíquica de negros e brancos — o sofrimento não é desvinculado da realidade externa; ele não se origina apenas de vivências individuais, mas de todo um contexto psicossocial e coletivo no qual os sujeitos estão inseridos (Fanon, 2020; Freud, 2010 [1936]). No caso das mulheres negras, esse sofrimento emerge do contato com o racismo genderizado, essa confluência entre racismo e sexismo que deixa marcas profundas, oriundas tanto das violências atuais quanto da memória coletiva que sustenta a neurose cultural brasileira (Kilomba, 2019; Gonzalez, 1984).

Essa violência, e o sofrimento psíquico que dela decorre, assume ainda uma outra roupagem quando em espaços de ascensão social dominados pela branquitude, como as universidades brasileiras, sobretudo em cursos como o de Psicologia, inherentemente associado ao campo da saúde, uma vez que o lugar social reservado à mulher negra é o da pobreza e da baixa escolaridade, o de ser a base da pirâmide social (Souza, 2021; Piedade, 2019).

Ser mulher negra no curso de Psicologia é ser um corpo num mundo de branquitude, violência e epistemicídio, que expulsa essas sujeitas do centro, pois, para se adequarem ao ideal da branquitude, devem ocupar a margem e os espaços de subalternização. Todo esse empenho em retirar esses corpos-sujeitos da

universidade, toda essa rejeição, se traduz em sofrimento psíquico para mulheres negras que ocupam o espaço acadêmico (Kilomba, 2019).

É importante ressaltar que o sofrimento psíquico não equivale, necessariamente, a um transtorno mental. Trata-se de um conceito mais amplo que, como já abordado pela psicanálise, pode englobar experiências de angústia, inibições, compulsões, tristeza, sintomas e outras dificuldades emocionais, que podem ou não evoluir para um quadro clínico diagnosticável (Safatle *et al.*, 2020). Manter essa distinção é fundamental, principalmente ao analisar este fenômeno em um grupo que, por dificuldade de acesso e políticas públicas, não dispõe de dados consistentes sobre sua saúde mental, sobretudo porque os dados apresentados pelas agências de pesquisa separam-se por gênero ou por raça, nem sempre interseccionando esses dois marcadores.

Mas partindo do pressuposto de que, no ano de 2022, 29% das mulheres brancas de 25 anos ou mais haviam concluído o ensino superior, enquanto que, entre mulheres negras na mesma faixa etária, apenas 14,7% haviam atingido esse nível de escolaridade (IBGE, 2022), constata-se que o acesso de mulheres negras ao ensino superior permanece desigual. E, mesmo quando conseguem acessar, muitas vezes são evadidas do espaço acadêmico, não apenas por fatores materiais, mas também pela hostilidade estrutural presente nas instituições de ensino, o que, como já apontava Neusa Santos Souza (2021), pode se manifestar de diferentes formas no corpo e na psique.

Sentimentos de culpa e inferioridade, insegurança e angústia, atormentam aqueles cujo ego caiu em desgraça diante do superego. A distância entre o ideal e o possível cria um fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica. (Souza, 2021)

Principalmente quando a mulher negra sucumbe às punições do superego, atingindo estados de melancolia, em um dos seus diversos níveis, rejeitando e degradando seu próprio ego. Essa possibilidade inalcançável pode produzir na sujeita-mulher-negra uma ferida narcísica. “Essa ferida narcísica e os modos de lidar com ela constituem a psicopatologia do negro brasileiro em ascensão social” (Souza, 2021), que decorre da relação de tensão contínua entre superego, ego atual e ideal do ego.

Em nível clínico, essa relação de tensão toma o feitio de sentimento de culpa, inferioridade, defesa fóbica e depressão, afetos e atitudes que definem a identidade do negro brasileiro em ascensão social como uma estrutura de desconhecimento/reconhecimento. (Souza, 2021)

Soma-se a isso a cisão sofrida pela mulher negra acadêmica, que precisa se dividir entre o seu arquétipo no imaginário social brasileiro e sua verdadeira identidade, aquela que apresenta nos espaços marginais de identificação (periféricos ou coletivos), e/ou a possível perda dessa identidade ao se perder entre a busca por uma assimilação impossível com a branura ou na tentativa de se encaixar em um dos estereótipos que sustentam o lugar de domínio da branquitude, como o de doméstica, mulata ou mãe preta (Souza, 2021; Gonzalez, 1984).

Como vimos nos capítulos anteriores, o sofrimento é a resposta psíquica do sujeito a essa tentativa de colonização da sua identidade e subjetividade, mas não a única. Audre Lorde (2019) propõe o uso da raiva como ferramenta insurgente de sobrevivência de mulheres negras e, principalmente, de disputa e ocupação de espaços tidos como brancos. Neste capítulo, discutimos o uso da raiva, articulado à perspectiva da dororidade (Piedade, 2017), como resposta à política de morte promovida pela branquitude nas universidades brasileiras, mas também à responsabilização das instituições pela manutenção do racismo genderizado em suas estruturas. Para isso, é preciso estabelecer alguns cuidados iniciais.

Ao investigar as possíveis estratégias de organização de mulheres negras na universidade, não podemos cair na armadilha da romantização da representatividade compulsória nem reforçar o estereótipo da mulher negra forte e cuidadora, encarregada de resolver sozinha todas as mazelas da sociedade. O peso dessa responsabilização também é causador de sofrimento, especialmente por vir carregado de solidão e da imagem da mulher negra como aquela mais resistente à dor (Piedade, 2019, p. 29).

No Brasil, mulheres negras historicamente já assumem o papel de arrimo de família, de cuidado dos pais, filhos, irmãos e, por vezes, dos cônjuges, esse é um lugar historicamente naturalizado para a mulher negra: o da responsabilização e do cuidado. Ao adentrar a universidade ou qualquer outro espaço, é comum que essas sujeitas assumam para si tanto a responsabilidade pelas violências sofridas quanto o

peso de enfrentá-las, sendo empurradas para a romantização da dor, a idealização da força inesgotável e a experiência solitária da resistência. Como afirma Lorde (2019, p. 169): “nenhuma mulher é responsável por alterar a mentalidade de seu opressor”.

Vilma Piedade (2017, p. 19) afirma que resistir é o que mulheres negras fazem cotidianamente “frente ao Racismo — filho direto do processo escravocrata e da colonização”. A proposta apresentada aqui é desconstruir esse lugar constantemente imposto à mulher negra, sendo a organização da raiva, aliada à dororidade, uma ferramenta ativa de resistência coletiva que vai além da mera oposição: é também espaço de acolhimento e afeto por meio do aquilombamento. Sem que se retire a responsabilidade das instituições no desmantelamento do racismo estrutural e institucional de que são mantenedoras — instituições como o Estado brasileiro, as universidades públicas e privadas, e o Sistema Conselhos de Psicologia — nos voltaremos, a partir daqui, ao empreendimento de compreender às estratégias de sobrevivência e reinvenção que mulheres negras vêm construindo nos espaços universitários.

É possível compreender que a mulher negra é marcada pela racialização. Ao adentrar o espaço branco, ela assume essa racialidade ao mesmo tempo que é silenciada e apagada. Não é vista como sujeito sem raça ou universal, como o branco. No entanto, por conta dessa marca racial, é vista, marcada a ponto de causar incômodo, sendo também invisibilizada por meio do silenciamento e da despersonalização do racismo (Lorde, 2019).

A partir dessa racialização e da morte simbólica do silenciamento, o sofrimento psíquico surge como resposta e como sintoma do esforço constante para manter sua identidade e barrar a colonização do ser (Bernardino-Costa, 2020). Mas essa é uma resposta dolorosa para mulheres negras, pois envolve sofrimento que pode ou não se manifestar como diagnóstico — e que, de qualquer forma, constitui uma das armas das novas políticas de morte da colonialidade. Frente a isso, qual seria, então, a outra resposta possível à tentativa de apagamento da psique da mulher negra brasileira?

Visto que esse sofrimento se dá por meio do recalque e da projeção do ideal da branquitude sobre a mulher negra, uma vez que essas estruturas de poder unilaterais atuam a partir da desumanização dos sentimentos de pessoas negras,

delimitando que seus “sentimentos não estariam destinados a sobreviver” (Lorde, 2019, p. 47). A saída parece, portanto, o contrário desse movimento de desumanização: o de libertar o grito preso sob a máscara do colonialismo, o de falar e ser ouvido, dando espaço à sinfonia de raiva causada pela violência do racismo, entendendo raiva, aqui, como toda e qualquer emoção que provoque desconforto e abale os privilégios do grupo beneficiado pelo contrato racial brasileiro.

Mas esse processo não pode acontecer de qualquer forma, precisa ser coletivo e, portanto, político. Para que assim seja possível dar vazão a essa raiva legítima e também ao afeto entre mulheres negras a partir de uma nova perspectiva de feminismo, um baseado na dororidade, no compartilhamento desses sentimentos e afetos por mulheres negras na academia. Contrapondo o processo de solidão vivido cotidianamente por mulheres negras em todos os aspectos de sua vida, a ideia aqui é a construção coletiva de redes de acolhimento criadas por e para essas mulheres.

Ao não se verem representadas de forma plena nos espaços de debate de gênero, é preciso disputar uma ideia de feminismo que abarque mulheres negras, que acolha sua dor por meio da dororidade. Uma vez que, embora importante, a ideia de sororidade não abarca totalmente mulheres negras, pois, no não lugar do racismo e do sexism, apaga a subjetividade dessas mulheres. Pois enquanto o racismo diz que mulheres negras não podem ser, o convívio e a partilha de dores e identidades com outras mulheres reafirmam suas existências (Piedade, 2017).

A dororidade, conceito proposto por Vilma Piedade, surge em contraposição à ideia de uma sororidade universal e homogênea, pois carrega em seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo, mas que, em mulheres negras, se manifesta de forma mais profunda por conta dos atravessamentos do racismo. Isso se dá porque mulheres brancas e mulheres negras ocupam lugares distintos no imaginário social brasileiro, Como afirma Vilma (2017, p. 17): “a Pele Preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a Carne Preta ainda continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados...”

Mulheres brancas também se beneficiam do racismo e da manutenção do lugar de subalternidade imposto às mulheres negras. É essa complexa relação entre opressões que serve ao racismo e à manutenção das opressões estruturais. Não é

interessante para o status quo que mulheres brancas reajam à opressão racial — menos ainda para a branquitude — pois, para que esta exista e continue gozando de seus privilégios, é preciso que outros grupos sustentem a base da pirâmide social, que mulheres negras sejam subjugadas e violentadas (Lorde, 2019, p. 163).

É responsabilidade ética e política do feminismo denunciar a violência presente nas relações raciais e provocar o reconhecimento, por parte das mulheres brancas, das realidades vividas por outras mulheres (Lorde, 2019). É necessário tirar essas mulheres do lugar de pacto com a branquitude e, portanto, torna-se urgente o fortalecimento de um feminismo interseccional, que busque superar opressões de gênero, raça, classe, sexualidade etc. Um feminismo que seja possível a partir da interseccionalidade e da inclusão de mulheres negras também como protagonistas do debate de gênero (Piedade, 2017; Akotirene, 2019). Ao abandonar a visão eurocêntrica do feminismo branco, mulheres negras ativistas vêm propondo, há tempos, uma nova epistemologia interseccional, que reconheça os atravessamentos do racismo genderizado e que tome a raiva como prática insurgente.

A partir disso, podem construir suas próprias estratégias de luta e insurgência. E, no que tange às estratégias próprias de mulheres negras, a dororidade tem sido um importante recurso na disputa por esse feminismo, e no cotidiano das vivências em universidades pode se apresentar como recurso indispensável para o fortalecimento da identidade e da subjetividade de mulheres negras. “A dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta” (Piedade, 2017, p. 16).

Nesta perspectiva, o lugar de cuidado não é colocado como algo intrínseco da mulher negra, algo que devem fazer por ser o seu papel, mas sim como o desejo não patológico de se escutarem e se acolherem umas às outras. Um poder redescoberto, uma reconexão que é temida pelo patriarcado branco, pois, a partir dessa relação de afeto, os sujeitos se reconhecem, criam memórias, retomam sua identidade por meio da identificação com esses outros e podem, a partir das relações externas, recuperar seu eu silenciado pelo racismo genderizado (Lorde, 2019), como afirma Audre Lorde:

Aprender a nos amar como mulheres negras vai além da insistência simplista de que "Negro é lindo". Vai além e mais fundo do que a valorização superficial da beleza negra, ainda que, sem dúvida, seja um bom começo. Mas se a jornada para recuperarmos a nós

mesmas e umas às outras continuar inexplorada, correremos o risco de fazer mais uma avaliação superficial do eu, sobreposta à anterior e quase tão nociva quanto ela, pois não passa da superfície. Ela certamente não é mais empoderadora. E o empoderamento - nosso fortalecimento a serviço de nós e de cada uma, do nosso trabalho e do futuro - será o resultado dessa busca. (Lorde, 2019, p. 223)

A partir deste trecho, Audre convida mulheres negras a explorar de forma profunda o afeto entre elas, não de forma superficial e rasa como o capitalismo e o neoliberalismo tentam vender como empoderamento, mas de forma profunda e política. Esse processo, que pode ser entendido como aquilombamento — processo de resistência política e cultural por meio da organização coletiva de sujeitos racializados (Nascimento, 1980) —, permite a estas sujeitas o reconhecimento mútuo de si e do outro, fortalecendo a criação de uma nova perspectiva de identidade própria e coletiva, que não se conforma aos moldes da branquitude e de suas negações e projeções.

Permite também um fortalecimento recíproco entre mulheres que enfrentam os horrores do racismo genderizado e de seus diversos atravessamentos. Dentro dos cursos de Psicologia, isso pode se materializar em coletivos negros, grupos de pesquisa, ligas acadêmicas e grupos de acolhimento de mulheres negras.

Essa comunhão entre mulheres também se mostra potente na disputa por outras narrativas sobre a identidade da mulher negra (hooks, 2019). A partir destes aquilombamentos e da organização política da raiva, mulheres negras podem romper o silêncio, um silêncio que não existe por falta de fala das sujeitas racializadas, mas porque, como aponta Grada Kilomba (2019), só se fala quando é ouvido.

Ao romper o silêncio, estas podem transformá-lo em linguagem e em ação, transmutar o sentimento e a dor a partir da fala, pois é também ao romper o silenciamento que passam a realmente existir e ocupar o espaço acadêmico, principalmente ao perceberem que o silêncio e a tentativa de assimilação da branquitude e apagamento da sua subjetividade não as poupa da violência do racismo. Lorde (2019) define essa raiva-potência em mulheres negras como a exposição da verdade que não é dita no espaço acadêmico, ao exporem a raiva como resposta ao racismo, mulheres negras rasgam o véu que encobre a neurose

cultural brasileira e se apresentam como identidade sensível, uma afronta à desumanização.

Falar é um ato de contra-colonização diante da tentativa de adestramento destes corpos e mentes, visto que se as mulheres negras não se definem, não apontam sua identidade ou sua sensibilidade, o racismo e o colonialismo o fazem, pois para a sobrevivência desse sistema é necessário que estejam no campo da subalternidade. É preciso que essas mulheres compartilhem não apenas a dor, mas um compromisso com a linguagem, onde possam ressignificá-la. A partir desses espaços se faz possível também disputar o saber acadêmico frente ao epistemicídio, explorar novos e antigos saberes, tendo em vista que autores que apontam o racismo como causador de sofrimentos já têm obras publicadas há muito tempo.

É também por meio dessa representação e do que se tem produzido sobre psicologia preta e racializada que se disputa um novo imaginário de quem são as mulheres negras, principalmente para mulheres racializadas. É possível também utilizar esses saberes e epistemologias como guias para as práxis insurgentes, pois não adianta apenas pensar e organizar a libertação, é preciso ação, voz e a construção ativa.

Mais especificamente no campo da Psicologia, é necessário aprofundar sua inserção nas margens, sem esquecer a disputa radical por uma clínica psicológica racializada, onde o campo dos estudos sobre raça na Psicologia não chegue apenas a uma pequena parcela de estudantes negras, mas esteja presente nos currículos e nos debates acadêmicos promovidos por esses espaços de aquilombamento e dororidade entre mulheres negras.

O que se propõe aqui é um novo olhar da Psicologia para as relações étnico-raciais, um olhar que reconheça o racismo como causador de sofrimento psíquico e que, a partir de diferentes epistemologias, racialize a clínica e a Psicologia como um todo, reconhecendo a raiva como um afeto legítimo e uma forma de expressão política em mulheres negras. Trata-se de um movimento que não é inédito, mas que precisa se materializar nos currículos, nas salas de aula, nos processos seletivos e nas práticas clínicas.

A psicologia brasileira não pode negar suas falhas e faltas para com a população racializada do país, em especial mulheres negras que almejam adentrar este campo. Esta área tem uma dívida histórica com as populações marginalizadas,

tanto como ciência quanto como profissão (Boas e Moura, 2022, p. 144). Seja nas formações, nas práticas clínicas ou em outras formas de atuação, a psicologia ainda continua branca (Gonzaga, 2022, p. 171).

É papel do Conselho e de seus profissionais lutar e atuar para fazer valer a máxima prevista no princípio fundamental II do Código de Ética da Psicologia, que diz que:

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CFP, 2005)

Se eliminar as negligências é um dos princípios fundamentais da Psicologia, cabe questionar por que os escritos de autores como Frantz Fanon e Neusa Santos Souza ainda não são amplamente reconhecidos nas instituições como referências na formação em Psicologia. Por que a ciência psicológica ainda se mantém alheia ao sofrimento e ao apagamento vivenciado por parcelas significativas da população brasileira, especialmente mulheres negras acadêmicas que buscam inserção nesse campo?

É necessário que a Psicologia volte seu olhar para essa dor e que promova condições estruturais para a participação efetiva de mulheres negras, não de forma assistencialista, mas assegurando-lhes protagonismo na construção de saberes sobre sua própria realidade psíquica. Enegrecer a Psicologia, em seus currículos, espaços de decisão, processos formativos e atuação profissional, constitui uma tarefa inadiável. Hoje, a Psicologia ainda se apresenta masculina em seus currículos, feminina em sua atuação e branca em todos os seus âmbitos.

A ciência psicológica tem um longo, necessário e importante caminho pela frente (Gonzaga, 2022, p. 176), um caminho que envolve a disputa por uma nova concepção de subjetividade de mulheres negras, reconhecendo sua humanidade, subjetividade e as dores dos atravessamentos do racismo, não como algo que define essas mulheres, mas como algo que existe e precisa ser levado em conta, assim como suas potencialidades e a força insurgente da raiva enquanto ação e manifestação da dor que, por muitas vezes, é calada.

É preciso preparar professores e profissionais da área para essa nova epistemologia, que bebem não somente de fontes inovadoras, mas de autores que

produziram e produzem sobre a psique de pessoas negras desde Fanon. Há um atraso histórico no que se refere a esses saberes, e isso é parte do projeto de morte simbólica engendrado pelo racismo e pelo colonialismo.

Essa transformação não pode se dar apenas a partir das mudanças epistemológicas no campo da psicologia; é preciso que haja uma profunda mudança política e social, tanto nas políticas públicas quanto nas instituições de ensino superior, que precisam exterminar de uma vez por todas o racismo institucional de seus espaços e de sua atuação. Para além das políticas de cotas, se faz necessário uma política real e eficaz de assistência e permanência de mulheres negras na universidade, que abarque não apenas as necessidades materiais dessas mulheres para a permanência.

Medidas como bolsas de assistência estudantil, restaurantes universitários, moradias universitárias, creches universitárias e incentivo à pesquisa e à extensão, e a garantia de assistência psicológica a mulheres racializadas que se veem imersas na violência estrutural ainda presente nos espaços acadêmicos. Essa transformação deve garantir não apenas a entrada dessas mulheres nos cursos de Psicologia, mas também sua permanência e a certeza de que atuarão futuramente na profissão. Uma garantia de enegrecimento da Psicologia.

Essas medidas precisam virar políticas públicas, é necessário garantir que todos possam se ver representados no corpo docente e administrativo de suas instituições, a partir de uma representatividade que não seja vazia, mas real, por meio de cotas no serviço público. Se há uma mudança epistêmica, é preciso que ela se traduza também nos concursos e seleções. A garantia da ampliação de políticas públicas já existentes e da criação de novas políticas pensadas a partir dos acúmulos que já temos a respeito das relações raciais no Brasil é fator determinante para a construção de uma nova Psicologia, para a mitigação do racismo genderizado e para a existência de mulheres negras acadêmicas de psicologia.

Trata-se de um debate que ultrapassa essas sujeitas, impactando toda a sociedade, pois é a partir dessas garantias que a Psicologia estará preparada para atuar realmente para toda a população brasileira e deixará no passado a ideia de neutralidade e universalidade, que não é outra coisa senão branca, masculina e socialmente privilegiada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho partiu da necessidade de compreender os atravessamentos do racismo na trajetória acadêmica de mulheres negras estudantes do curso de Psicologia, a partir da investigação da relação entre o sofrimento psíquico e o racismo genderizado por meio de uma análise interseccional. Ao longo deste processo, o conceito de sofrimento psíquico foi utilizado como algo mais amplo, não apenas manifestado como transtornos mentais. Chegamos à conclusão de que a manifestação do sofrimento psíquico não se dá de forma individual, mas coletiva, principalmente quando em grupos que carregam em si uma memória coletiva de violência e da tentativa de apagamento, tanto físico quanto de suas identidades e subjetividades.

A manifestação desse sofrimento, no contexto universitário e de ascensão social, pode evadir mulheres negras do espaço acadêmico e servir como ferramenta da necropolítica. Essa manifestação se dá por meio da memória coletiva do racismo, da tentativa de assimilação da branquitude e, consequentemente, da cisão do eu e/ou severidade do superego, causando alienação e sofrimento. Esse mal-estar não provém apenas das desigualdades materiais, mas é também um sintoma da violência simbólica do racismo, principalmente quando aliado ao sexism: o chamado racismo genderizado.

A colonialidade cria formas de existência para mulheres negras que supõe “toleráveis”, estereótipos como o da mulata e da doméstica, e contrapor-se a isso não é uma tarefa fácil. Exige tirar o véu da neurose cultural brasileira e arcar com as sanções deste ato. Nesse sentido, percebe-se que o espaço acadêmico não é projetado para receber mulheres negras, visto que cria dispositivos para se manter branco e expulsar essas sujeitas. Tratam-se de políticas de morte que se utilizam do racismo institucional, do epistemicídio e dos estereótipos criados pela branquitude.

O sofrimento torna-se a resposta da psique de mulheres negras a essa imposição, que é a tentativa forçada de colonização do ser. No entanto, é necessário criar estratégias que não sejam parte do projeto de morte. Se o projeto é silenciar mulheres negras, apagar sua humanidade e deslegitimar seu sentir, a resposta precisa ser a afirmação da própria existência, a denúncia da dor do racismo por

meio da legitimação do uso da raiva como resposta à violência e, consequentemente, uma forma de denúncia.

Mulheres negras precisam dar vazão aos sentimentos advindos do contato com o racismo (falar e serem ouvidas), não a partir da armadilha da representatividade compulsória e do estereótipo da mulher negra forte, mas como estratégia de sobrevivência. E isso não deve ocorrer de forma individual, mas por meio da organização coletiva da raiva, a partir da dororidade: em comunhão com outras mulheres, compartilhando não somente suas dores, mas também seus afetos.

Espaços que possibilitem a construção de novas identidades negras possíveis por meio do reconhecimento de si nas outras. Redes de mulheres a partir de grupos acadêmicos, políticos, de acolhimento ou espaços que vão para além da academia. Locais construídos e protagonizados por mulheres negras, onde possam disputar uma concepção de feminismo interseccional a partir da dororidade como legitimação dos seus afetos e, portanto, das suas subjetividades. Essa construção de redes de mulheres negras, mais do que um gesto de resistência e aquilombamento, constitui uma estratégia de ruptura com a lógica colonial e racista que estrutura a universidade.

É preciso reafirmar que o que se propõe aqui não é a responsabilização da mulher negra pela mitigação do racismo e de seus efeitos, mas a organização da raiva (dos afetos gerados pelo racismo) como estratégia de sobrevivência e de disputa contra o silenciamento e o projeto de evasão, mas sem retirar das instituições a responsabilidade pela eliminação do racismo em suas estruturas. O empenho contra o racismo genderizado e o sofrimento psíquico gerado em mulheres negras estudantes de Psicologia exige mudanças estruturais nas políticas públicas, nas instituições de ensino superior, no Conselho Federal de Psicologia e na formação profissional.

O sofrimento psíquico não pode mais ser tratado como algo descolado do racismo, e a Psicologia, propondo-se a lutar pelo fim da violência e da opressão, precisa estar preparada para uma mudança epistemológica e no corpo estudantil. Deve estar preparada para receber mulheres negras em suas formações e dar espaço para epistemologias que levem em conta as interseções entre raça, gênero,

classe, sexualidade, território etc., pois somente assim estará realmente preparada para lidar com as subjetividades de grande parcela da população brasileira.

Este trabalho buscou evidenciar que o racismo — mais especificamente, o racismo genderizado — é produtor de sofrimento psíquico em mulheres negras acadêmicas de Psicologia e como isso se relaciona com a construção do imaginário social brasileiro. Para além disso, também evidenciou as estratégias de sobrevivência que, embora não sejam novas, precisam ser legitimadas, valorizadas e ampliadas tanto na produção acadêmica quanto nas práticas institucionais.

Este trabalho, portanto, se propõe a ser mais uma voz na disputa por uma Psicologia que reconheça e acolha a subjetividade de mulheres negras, algo que se torna inviável sem que estas ocupem também as formações e os currículos da Psicologia.

Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a relação entre os fenômenos apontados aqui para além dos limites da pesquisa bibliográfica, mas também por meio da escuta de mulheres negras estudantes dos cursos de Psicologia, uma vez que as vivências dessas mulheres poderiam enriquecer ainda mais a análise e ser mais um instrumento de fala dessas sujeitas. Faz-se necessário também uma análise interseccional que leve em conta outros marcadores, como territorialidade, sexualidade e a diversidade de identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE. Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón; MALDONADO-TORRES, Nelson (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BRASIL. **LEI nº 12.711**, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 20 Mai. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São paulo: Selo negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília- DF. 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1**. Brasília: CFP, 2022.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 34. ed. Rio de Janeiro: 1995.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b. p. 26-46.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e Outros Textos (1930-1936)**. Obras Completas Volume 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Obras Completas Volume 15. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón; MALDONADO-TORRES, Nelson (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZAGA, Paula Rita Barcelar. **Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia**. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1. Brasília: CFP, 2022.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2022: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/educacao-superior/censo-da-educacao-superior-2022-notas-estatisticas>. Acesso em: 25 mai. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2021**. Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LHULLIER. Louise A.. **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013

- LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MILLS, Charles Wade. **O contrato racial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023
- MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica. 2008
- PIEADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2019.
- QUITERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma Breve História dos Estudos Decoloniais.** Masp Afteral, 2019.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigações em Ciências Sociais.** 4. ed. rev. e aum. [s.l.], Gradiva, 2005.
- RACIONAIS MC'S. **A Vida é Desafio. Nada Como um Dia Após o Outro.** São Paulo. Cosa Nostra, 2002. Disponível em:
<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/66802/> Acesso em: 24 mai. 2025.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** São Paulo: Autêntica, 2020.
- SARTI, C. A.. **A dor, o indivíduo e a cultura. Saúde e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 3–13, jan. 2001.
- SCHUCMAN, Lia Vainer; SILVA, Iolete Ribeiro. **Branquitude: Entrevista com Lia Vainer Schucman - Entrevistadora Iolete Ribeiro da Silva.** In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1. Brasília: CFP, 2022.
- SIMONINI, Eduardo. **Linhas, tramas, cartografias e dobras: uma outra geografia nos cotidianos das pesquisas.** In: GUEDES, Adrienne Ogêda; RIBEIRO, Tiago (org.). Pesquisa, alteridade e experiência: metodologias minúsculas. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019, p. 73-92.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.